

Democracia chega tarde para bispos

Forças Armadas investigaram e perseguiram religiosos brasileiros e estrangeiros durante o governo José Sarney

ABNOR GONDIM

BRASÍLIA – Quase dois anos depois da redemocratização do país, com o fim do regime militar, as Forças Armadas continuaram a investigar um grupo considerado ameaçados para a soberania nacional: os bispos aliados de movimentos em defesa dos direitos de índios e sem-terra. No fim de 1986, o Conselho de Segurança Nacional (CSN) sugeriu a expulsão de religiosos estrangeiros e a punição de brasileiros acusados de incitar a invasão de terras e seqüestros pelos índios.

Três estudos do Conselho, obtidos pelo **Jornal do Brasil**, eram ilustrados com fotos e fichas de oito bispos tachados de “progressistas”. Entre eles, figuravam dirigentes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a cúpula da Igreja Católica. A relação incluía Dom Ivo Lorscheiter, então presidente da entidade, e Dom Luciano Mendes de Almeida, o secretário-geral.

Os “inimigos católicos”, relatavam arapongas militares, atuavam especialmente no Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e na Comissão Pastoral da Terra (CPT). Ali imperavam Dom Tomás Balduino, atual presidente da CPT, e Dom Moacyr Grechi, ex-bispo de Rio Branco, hoje de Porto Velho.

A lista apontava como *expulsáveis*, com base na Lei dos Estrangeiros, o espanhol Dom Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix do Araguaia, Mato Grosso, o “suposto” austríaco Erwin Krautler, bispo do Xingu (PA), e o italiano Aldo Mongiano, ex-bispo de Boa Vista. Os dois últimos haviam dirigido o Cimi. Os militares não sabiam que Krautler já havia se naturalizado brasileiro.

Inquérito – A conclusão do estudo número 29/3ª SC/86, do CSN, recomendava ao Ministério da Justiça a abertura de inquérito para a expulsão dos religiosos de outra nacionalidade que “estivessem infringindo a Lei 6.815 (Estatuto dos Estrangeiros), de 19 de agosto de 1980”. Eles seriam banidos por “ingerência em assuntos internos”.

O estudo era categórico. “Não há possibilidade de diálogo com os bispos ‘progressistas’ que, sistematicamente, extrapolam sua missão pastoral e se imiscuem nos negócios do Estado, passando, inclusive, a fazer ataques desabridos às autoridades governamentais”, alertava.

O documento pregava “a instauração de processo e ação penal contra os religiosos/misionários que estejam cometendo delitos, seja pela causa indígena, seja por outra causa que a Igreja vem defendendo”.

Os “progressistas” eram acusados de “ofensas às autoridades constituídas, incitação dos lavradores à invasão de terras, insuflação dos trabalhadores à resistência passiva e a movimentos de rebeldia declarada, incitação dos índios a seqüestros de pessoas e à interdição de estradas como forma de exigir soluções imediatas para seus problemas”.

Constituinte – O estudo número 007/3ª SC/86 aponta como maior preocupação dos militares a defesa de “nações indígenas” pelos religiosos católicos ao pregar a ampliação das reservas na Constituinte de 1988.

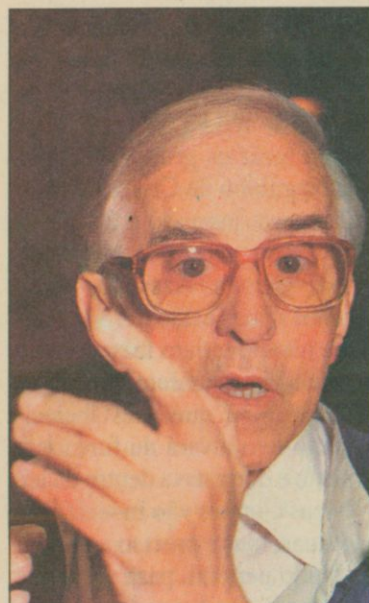
No mesmo tom, o texto número 008/3ª SC/86 revelava que o maior temor era o da criação da área indígena Ianomâmi, em Roraima, porque na Venezuela havia outras áreas destinadas à mesma etnia.

“Dei muita risada quando ouvi no Conselho de Segurança Nacional que esses índios poderiam gritar: ‘Independência ou Morte’”, recorda-se Dom Erwin Krautler, então presidente do Cimi.



Brasília – Fernando Bizerra Jr./BG Press/AJB

Roberto Faustino – 17/10/1995



Militares investigaram Dom Pedro (acima) e Dom Erwin (E, ao lado), ex-presidente do Cimi, hoje dirigido por Dom Franco

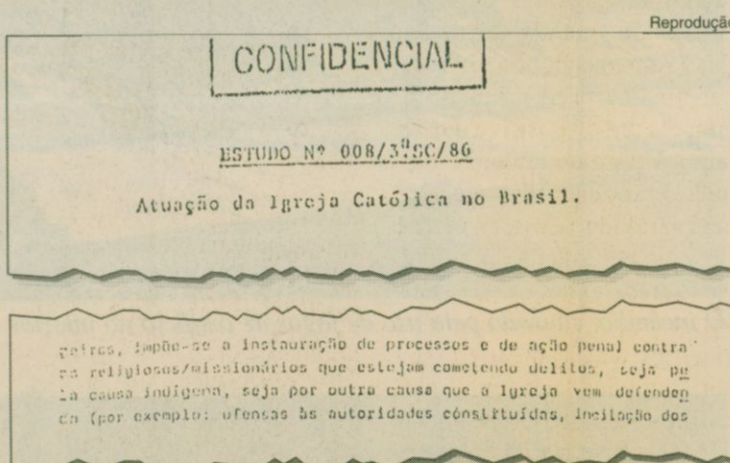
Índio é tema de campanha

BRASÍLIA – Pela primeira vez, os índios serão tema da Campanha da Fraternidade, promovida anualmente pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). O lema será *Por uma terra sem males*. As paróquias e os capelães militares vão receber livros sobre o tema. Nenhum exemplar será entregue ao Ministério da Defesa e ao Comando do Exército, por divergência sobre a presença de integrantes das Forças Armadas em áreas indígenas na faixa de fronteira na Amazônia.

O presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Franco Masserdotti, diz que as áreas indígenas na divisa amazônica prejudicam as relações entre os religiosos e os militares. Afirma que a campanha está voltada para “o respeito à dignidade e à diversidade” dos nativos.

Reclama que o ministério instalou um pelotão em Uiramutã, lugar pretendido pelos índios macuxi para a área Raposa/Serra do Sol, em Roraima. “Os militares geram desequilíbrio entre os índios. Há casos de índias engravidadas por eles.”

O ministro da Defesa, Geraldo Quintão, não comentou as críticas do presidente do Cimi. Informações da 1ª Brigada de Infantaria da Selva revelam que há, no Amazonas, zzz 112 militares casados com índias e 144 vivendo maritalmente com elas.



Estudo confidencial do CSN recomendava punição de religiosos

Restrições a estrangeiros

BRASÍLIA – O governo retirou do Congresso Nacional, no início do mês, projeto de lei que tramitava há sete anos propondo alterações no Estatuto dos Estrangeiros – criado em 1980. A iniciativa levantou suspeitas sobre as intenções do Executivo. Teme-se que apresente projeto ampliando as restrições para o ingresso e a permanência de estrangeiros no país tendo como pano de fundo, os atentados terroristas nos Estados Unidos.

A lei em vigor foi usada para perseguir religiosos da ala progressista da Igreja Católica, afirma o deputado federal Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP). O uso do Estatuto dos Estrangeiros foi recomendado em estudos do Conselho de Segurança Nacional, em 1986. O deputado foi um dos defensores dos padres franceses Aristides Câmio e François Gouriou, ameaçados de expulsão em 1981 sob a acusação de in-

citar a revolta armada de lavradores contra a Polícia Federal, no estado do Pará.

“Há muita perseguição contra os palestinos”, adverte Greenhalgh. “O novo projeto poderá criar mais dificuldades para a concessão de asilo político.” O texto ainda permite a prisão e expulsão no caso de estrangeiros emitirem opinião sobre assuntos de interesse nacional. No ano passado, a lei foi usada para prender o ex-padre Oliverio Medina, uma espécie de porta-voz informal das Forças Armadas Revolucionárias (Farc), grupo guerrilheiro colombiano. Acabou solto por pressão de entidades de direitos humanos.

Estrangeiros à espera de extradição, como a cantora mexicana Gloria Trevi, criticam a lei, por serem obrigados a ficar na cadeia mesmo sem condenação. Engravidada na prisão da PF em Brasília, ela não obteve autorização da Justiça terminar a gravidez em prisão domiciliar.

Cimi, alvo da Aeronáutica

BRASÍLIA – O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) recorreu à Justiça Federal para ter acesso a um relatório confidencial que o Comando Geral do Ar, da Aeronáutica, fez em 1999. Divulgado em outubro do ano passado pelo **Jornal do Brasil**, o documento culpa o Cimi pela criação de tensões na fronteira do Brasil com a Colômbia.

As áreas indígenas “supranacionais” e “intocáveis” defendidas por missões católicas e organizações não-governamentais (ONGs), diz o informe, podem abrigar guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc).

Bispos e padres comandariam “o combate sistemático à política indigenista do governo”. A Organização Indígena Binacional dos Rios Querari e Uaupés (Obiqueua), que congrega comunidades indígenas nas regiões fronteiriças, é colocada sob suspeita.

O objetivo da Igreja seria impor “uma perspectiva de cooperação e convivência” para substituir a política de integração do índio. “É o que está previsto na Constituição”, lembrou o ex-presidente do Cimi Erwin Krautler. “Quem não cumpre a Constituição deve ser responder a processo”.

A Aeronáutica atribui ao Cimi a “concessão de substancial base territorial” aos índios, com potenciais riscos “à conquista e à manutenção dos objetivos nacionais”. (A.G.)

Passarinho, a exceção

BRASÍLIA – Há raras exceções a favor da causa indígena entre os militares que tomaram o poder em 1964. A principal delas é o coronel do Exército Jarbas Passarinho, ex-ministro, ex-governador e ex-senador do Pará. É o conspirador do movimento militar que detém uma das biografias mais simpáticas à causa. Sua colaboração foi decisiva para a aprovação do artigo 231 da Constituição, que trata dos direitos dos índios sobre as terras ocupadas.

Quem atesta isso é dom Erwin Krautler, 62 anos, bispo do Xingu, no Pará, e ex-presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), um dos bispos acusados de atentar contra a soberania do país em estudos do Conselho de Segurança. Numa tarde de junho de 1988, eles selaram um pacto que resultou na vitória das propostas do Cimi.

“Passarinho atendeu a um apelo nosso e fez um discurso inflamado a favor dos direitos indígenas”, lembrou Krautler. Ele participou em Brasília de um encontro nacional de missionários. “O discurso comoveu muita gente. Podemos chamá-lo de pega-chave na aprovação das propostas. A bem da verdade, seria omisso ou injusto não reconhecer sua importância.”

Ex-presidente do Congresso Nacional, Passarinho foi ministro da Justiça no governo Collor, quando houve a demarcação da área indígena Ianomâmi, em Roraima, com 9 milhões de hectares.

Criticou o ministro da Defesa, Geraldo Quintão, em março deste ano, quando classificou como um “um erro” e “péssimo exemplo” a demarcação da extensa área dos ianomâmis, uma das etnias mais primitivas do planeta. “Ameaça à Amazônia, se vier a existir, não é a da nação ianomâmi, mas a das teorias que servem de pretexto para a devastação da floresta”, escreveu Passarinho. (A.G.)